



PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 036/2022

À empresa ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Procedimento Licitatório nº 036/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ETE DE POTECAS EM SÃO JOSÉ/SC.

1) QUESTÕES PRELIMINARES

O recurso foi impetrado tempestivamente no âmbito do Procedimento Licitatório nº 036/2022, com o objeto em epígrafe pela empresa **ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA**. A peça recursal encaminhada pela empresa encontra-se publicada no site da CASAN.

O **CONSÓRCIO POTECAS**, formado pelas empresas COSATEL – CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA e ENFIL S/A CONTROLE AMBIENTAL, apresentou tempestivamente contrarrazões contrapondo o recurso apresentado pela recorrente. O documento encontra-se publicado no site da CASAN juntamente com a presente resposta.

Compete ao agente de licitação inicialmente explanar as orientações legais a respeito da análise das peças recursais e os parâmetros a serem obedecidos.

As licitações da CASAN são obrigatoriamente regidas conforme a **Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016** que “Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O Estado de Santa Catarina, no dever de complementar a referente Lei Federal, editou e publicou a **Instrução Normativa Conjunta (INC) da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) nº 05, de 28 de maio de 2018 (INC SEF/SCC nº 05/2018)** que em seu Anexo XXI traz o **Regulamento de Licitações e Contratos**.

A CASAN adotou integralmente a INC SEF/SCC nº 05/2018 e confeccionou o **Regulamento de Licitações e Contratos e as minutas-padrão** que são base do edital em tela.

2) DAS ALEGAÇÕES E PEDIDOS

A empresa **ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA** impetrou recurso contra o resultado do PL 036/2022 que culminou na declaração do **CONSÓRCIO POTECAS** como vencedor. A Impetrante apresenta argumentos e sustenta que habilitação da empresa vencedora ocorreu de forma irregular, pois supostamente sua documentação de habilitação não atenderia às exigências contidas nos itens 8.1.1, 8.4.1 e 8.4.2 do Edital.

I. AUSÊNCIA DO ATO CONSTITUTIVO – ITEM 8.1.1

A empresa **ITAJUI**, em sua peça recursal, alega que “O **CONSÓRCIO POTECAS** apresentou a publicação da ATA de eleição de seus administradores, **contudo NÃO apresentou Ato Constitutivo** ou Estatuto em vigor, devidamente registrado e, tão pouco o termo de posse de seus administradores, vejamos (Fls. 021):”.

Preliminarmente, faz-se necessário esclarecer que neste tópico a Recorrente, apesar de citar o **CONSÓRCIO**, refere-se à documento de habilitação da empresa **ENFIL**, participante do **CONSÓRCIO POTECAS**, e não do **CONSÓRCIO** em si.

II. AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ENG. MECÂNICO – ITEM 8.4.1

A Recorrente, alega o não atendimento ao **item 8.4.1** do Edital, o qual exige a apresentação de profissional **Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico**, que deverão comprovar sua qualificação técnica “mediante apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido por pessoa jurídica, acompanhado da **Certidão de Acervo Técnico** com Registro de Atestado (CAT “COM REGISTRO DE ATESTADO”), devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprove que o profissional foi responsável pela execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto licitado.”

Aduz ainda, que conforme **Esclarecimentos 01 e 02** publicados pela CASAN no âmbito do processo em tela que:

*“Tanto o Edital quanto os esclarecimentos deixam claro a necessidade da licitante comprovar a **experiência técnica profissional** mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica acompanhado da Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado CAT, de **Eng. MECÂNICO** em obras de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com a comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização.*

*Resta claro que o **CONSÓRCIO POTECAS** não apresentou a comprovação conforme exigido pelo Edital, devendo ser inabilitado.”*

Abaixo, segue destaque trazido pela empresa, sendo um trecho do **Esclarecimento nº 02**, publicado pela CASAN em 20/04/2022.

Florianópolis, 20 de abril de 2022.

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 036/2022 - ESCLARECIMENTO Nº 02**

Prezados Licitantes,

Em atenção à consulta formulada por determinada(s) empresa(s) interessada(s) em participar do referido processo seguem abaixo os esclarecimentos da área técnica:

**Questionamento 01:**

Ainda com relação a resposta do questionamento 01, esclarecimento01, perguntamos:

Pergunta: Entendemos que o único profissional perante ao CREA, que tem competência para executar uma estação de tratamento de esgoto, é o engenheiro civil conforme artigo 7- RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, não sendo esse tipo de competência do engenheiro mecânico. Está correto nosso entendimento?

**Resposta 01:**

O profissional eng. Mecânico deve comprovar a experiência, dentro de suas atribuições, em obras de estações de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização.

### III. AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL – ITEM 8.4.2

O referido item 8.4.2 versa nos seguintes termos:

#### 8.4.2. Qualificação Operacional

8.4.2.1. As participantes deverão apresentar Atestado de Qualificação Técnica Operacional emitido por pessoa jurídica, acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado (CAT “COM REGISTRO DE ATESTADO”), devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprove que a licitante já executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior conforme quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                                    | QUANTITATIVO LICITADO | QTD. MÍNIMA SOLICITADA EM ATESTADO |
|---|-----------------------|------------------------------------|
| 1. Impermeabilização de superfícies em contato com esgoto | 43.787m²              | 21.893m²                           |
| 2. Concreto Estrutural, Fck 40 Mpa                        | 18.068m³              | 9.034m³                            |
| 3. Execução de Estação de Tratamento de Esgoto            | Uma de 600L/s         | Uma de 300L/s                      |

OBS:

a) Será aceito para comprovação dos itens 1 e 2 o somatório de no máximo 06 (seis) atestados para cada item.

b) No item 3, a comprovação será aceita mediante um único atestado, devendo estar comprovado obrigatoriamente a “execução de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, com vazão média maior ou igual a 300L/s, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização”.

c) Atestados emitidos em nome de consórcio serão considerados, para efeito de comprovação das quantidades, os serviços executados individualmente pela licitante discriminado no atestado ou o contrato de constituição do consórcio. Caso não conste expressamente no atestado ou certidão o quantitativo executado, deverá ser juntada cópia do instrumento de constituição do

#### consórcio.

Se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- I – caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas na proporção quantitativa de sua participação no consórcio.
- II – caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

8.4.2.2. Será admitida a comprovação da Qualificação Técnica Operacional da Empresa através de certidões e atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. O atestado deverá conter a identificação do emitente, datado e assinado e deverão se referir a serviços concluídos e executados nos prazos previstos contratualmente.

Neste sentido, a recorrente alega que:

“O CONSÓRCIO POTECAS apresentou para comprovação do item 3. do quadro acima Certidão de Acervo Técnico – CAT de número 1859/2018 – SANEPAR em nome do profissional Luis Carlos Zovin de Barros Fernandes, contudo o atestado **NÃO** atende a **OBS: b) no item 3**, de que a comprovação será aceita mediante um único atestado, devendo estar comprovado obrigatoriamente a “execução de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, com vazão média maior ou igual a 300 L/s, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização”, vejamos (Fls. 221):”

#### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**LUIS CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES**  
Carteira Profissional: SP-5061356389/D RNP Nº.: 2604348225  
Acervo Técnico Nº.: 1859/2018 Protocolo Nº.: 2018/00136993  
Selos de autenticidade: A 056649

ART Nº.: 20170463330 0 Registrada: 02/02/2017  
ART Substituída: 20144877319 0  
Empresa Executora: ENFIL S/A - CONTROLE AMBIENTAL  
Contratante(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR - CNPJ/CPF: 76.484.013/0001-45

Tipo de Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Atividade Técnica: EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO  
Área de Competência: SISTEMAS DE SANEAMENTO  
Tipo de Obra/Serviço: ESTAÇÕES/SISTEMAS TRATAMENTO DE ESGOTOS  
Serviço Contratado: EXECUÇÃO  
Dimensão: 2.200,00 L/S Área Existente: 0,00 L/S  
Área Ampliada: 0,00 L/S Área de Reforma: 0,00 L/S  
Dados Complementares: 0,00  
Local da Obra: PARQUE IGUAÇU, S/N BOQUEIRÃO  
Município/Estado: CURITIBA/PR  
Data de Início: 23/10/2014 Data de Conclusão: 27/10/2016  
Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL  
Descr. Compl. Serv.: EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO DE CURITIBA-ETE BELÉM 1. ETAPA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, COMISSIONAMENTO E START-UP AUMENTO DA CAPACIDADE DA ESTAÇÃO DE 1250 L/S PARA 2500 L/S. (CONTRATO ASSINADO EM CONSÓRCIO- SENDO 50% PARA CADA CONSORCIADO)

Observação:



*“Portanto, estando totalmente em desacordo com às exigências do edital a este respeito, pois o CONSÓRCIO POTECAS deixou de comprovar a exigência de qualificação técnico-operacional, mediante um único atestado, devendo estar comprovado obrigatoriamente a **“execução de estação de tratamento de esgoto, de no mínimo nível secundário com comprovação de remoção mínima de carga orgânica de 80%, com vazão média maior ou igual a 300 L/s, não sendo aceitos atestados de tratamento de esgoto na modalidade lagoas de estabilização”**, o CONSÓRCIO POTECAS deve ser inabilitado, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao Edital e julgamento objetivo.”*

Ao final a empresa **ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA** peticiona:

*“Em vista do exposto, a ITAJUI pede o conhecimento e provimento de seu recurso administrativo, para que o CONSÓRCIO POTECAS seja inabilitado, pois descumpriu diversas as exigências editalícias, conforme comprovado no curso deste recurso administrativo.”*

### 3) DA ANÁLISE

Posta assim a questão, com o escopo de sopesar todas as teses aventadas, passa-se a análise dos pontos trazidos à baila nas razões recursais e contrarrazões

#### I. DA AUSÊNCIA DO ATO CONSTITUTIVO – ITEM 8.1.1

Em sua manifestação, a empresa **ITAJUI** alegou que o **CONSÓRCIO POTECAS** deixou de apresentar o Ato Constitutivo da empresa **ENFIL**, conforme preconiza o **item 8.1.1** do Edital.

Entretanto, com a devida vênia à Recorrente, tal informação não condiz com a verdade, considerando que se encontram acostados aos autos, especificamente a **página 23** do arquivo **“036\_2022 - 1ª sessão - HABILITAÇÃO - CONS POTECAS”**, publicado no site da CASAN em 30/05/2022, publicação da Ata da Assembleia Geral, na qual ocorreu a Eleição da Diretoria, bem como registrou a Consolidação do Estatuto Social da empresa **ENFIL**.

## Enfil S/A - Controle Ambiental

(Em recuperação Judicial) C.N.P.J. n.º 00.286.550/0001-19 - N.I.R.E. n.º 36.300.140.516

[illegible]

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

quarta-feira, 28 de abril de 2021 às 00:51:40

Portanto, não há o que falar em ausência do Ato Constitutivo da empresa **ENFIL**, participante do **CONSÓRCIO POTECAS**.

## II. DA AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ENG. MECÂNICO – ITEM 8.4.1

No que tange à suposta ausência da comprovação da qualificação técnica do Engenheiro Mecânico, a área técnica da CASAN efetuou diligência junto aos emissores dos atestados, Companhia Águas de Joinville e SAMAE Tijucas, juntados ao processo. Sendo assim, após diligência encaminhou-se a documentação para análise técnica que assim se manifestou:

*(...)*

*No tocante ao questionamento relativo ao item 8.4.1 do presente edital, especificamente com relação a apresentação do profissional Engenheiro Mecânico, **a proposta do Consórcio apresentou sim profissionais vinculados as respectivas empresas componentes do referido Consórcio.** Além disto, **apresentou Atestados de Capacidade Técnica, em que constam os referidos profissionais como responsáveis técnicos.***

*A CASAN realizou diligências junto a Companhia Águas de Joinville, que emitiu o Atestado de Capacidade Técnica, confirmando a participação do profissional Engenheiro Mecânico Itamar Martins Coelho de Lima nas obras relativas ao referido atestado.*

*Desta forma, **resta evidente o atendimento da documentação apresentada pelo Consórcio Potecas neste quesito.***

*(...)*

*Eng. Felipe Costa Leite*

*Gerente de Construção”*

## III. AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL – ITEM 8.4.2

No que concerne à suposta ausência de qualificação operacional, a área técnica da CASAN, manifestou-se nos seguintes termos:

*(...)*

*Relativamente ao item 8.4.2, em seu recurso administrativo, a licitante Itajui argumenta que o Consórcio Potecas não apresentou Atestado de Capacidade Técnica de Estações de Tratamento de Esgoto com a vazão e o nível de tratamento exigidos no respectivo edital, mas uma vez observa-se **um equívoco no questionamento da licitante.***

*O Consórcio Potecas **apresenta dois atestados** (Páginas 109 a 138 e Páginas 223 a 259 da documentação de habilitação do Consórcio Potecas) **com Estações de Tratamento de Esgoto com vazões superiores a exigida e com nível de tratamento, também superior ao exigido.***

*Do exposto, **resta evidente o atendimento da documentação** apresentada pelo Consórcio Potecas neste quesito também.*

*Diante de todos os argumentos constantes no presente documento, esta área técnica, **ratifica a habilitação técnica do Consórcio Potecas.***

*(...)*

*Eng. Felipe Costa Leite*

*Gerente de Construção”*

## 4) CONCLUSÃO

Face o exposto, o Agente de Licitação com base na documentação carreada no processo e da análise técnica, opina pela **improcedência** do presente Recurso Administrativo, de modo que, ratifica-se a **habilitação** do **Consórcio Potecas** por atender as todas as exigências editalícias.

Importante destacar que o presente parecer não vincula a decisão superior acerca do recurso impetrado, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe à análise desta e decisão.

Desta maneira submetemos o presente parecer para decisão à autoridade superior.



Florianópolis, 27 de junho de 2022.

Josué Peres da Silva  
**AGENTE DE LICITAÇÃO**

**5) DECISÃO**

Considero que o exame dos elementos do processo foi adequadamente realizado pelo Agente de Licitação, podendo ser acolhido como minhas próprias razões de decidir, sem prejuízo das considerações que passo a tecer.

**1.** Quanto à inabilitação do **Consórcio Potecas (empresas Cosatel e Enfil)** com relação aos **itens 8.1.1., 8.4.1 e 8.4.2.** do edital, não vislumbro irregularidade no procedimento licitatório conforme exposto pelo Agente de Licitação, em linha com a percuente análise técnica realizada pela Gerência de Construção.

Desse modo, considerando os exames promovidos nestes autos, resta reconhecer a **improcedência** do recurso, e, por fim, dar ciência à impetrante desta decisão.

Encaminhe-se ao Agente de Licitação para providências.

Dê-se publicidade a decisão.

Eng<sup>a</sup> Roberta Maas dos Anjos  
**DIRETORA PRESIDENTE**